

Resenhas

CANFORA, Luciano. *Livro e liberdade*. Tradução de Antonio de Padua Danesi. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. Coleção Bibliomania. v. 4. 104 p.

Resenhado por Angela ENZ (Universidade Estadual de Maringá – PLA)

Além de ser uma interessante novidade em Língua Portuguesa para os envolvidos com Biblioteconomia, Filosofia ou Literatura, e para aqueles que conhecem ou sentem o poder que os livros emanam, esta obra de Luciano Canfora, harmoniosa inclusive em seu aspecto físico em relação ao temático, reflete sobre a atenção social dispensada ao objeto livro e sobre seus efeitos, valendo-se tanto de acontecimentos pertencentes à História quanto de eventos provenientes da ficção.

Luciano Canfora, italiano de Bari, nascido em 1942, já publicou inúmeros títulos. Atualmente, além de diretor da revista *Quaderni di Storia*, é professor de Filologia Clássica na Universidade de Bari, onde dirige o Departamento de Ciências da Antigüidade. Suas pesquisas, principalmente sobre Demóstenes e Tucídides, renovaram aspectos fundamentais das letras gregas. Devido a essa experiência valiosa, suas obras são inteligentemente marcadas por personagens clássicos reais e fictícios, como

RESENHAS

ocorre em *Livro e liberdade*. A leitura dessa obra, porém, é facilitada por um pertinente glossário de nomes que possibilita a apreensão dos inúmeros personagens, escritores, filósofos e outros indivíduos que podem não ser familiares ao leitor. Além do glossário, o livro apresenta seis partes.

A primeira, intitulada *Liber*, tece uma relação entre livro e atitudes de pós-leitura, ou seja, entre o ato de ler e o de agir, sendo este o resultado libertador daquele; para tanto, o autor faz uma alusão às *Cartas do cárcere*, de Antonio Gramsci, e aos efeitos dos livros em Dom Quixote, de Miguel de Cervantes.

Em seguida, o autor inicia *A biblioteca*, exemplificando, com cenas e fatos inesquecíveis da literatura universal, a imponência de uma biblioteca e o lugar determinante que ela pode ser para uma obra. Também, nessa parte, são expostos trabalhos em cujos enredos aparecem personagens que se desestabilizam devido a livros; pelo mesmo motivo de desequilíbrio ligado a escritos, ficando, então, no mesmo patamar da ficção, a fogueira de livros chinesa e a decisão de Tolstói de separar-se de sua família, após escrever *Anna Karenina*, são mencionados.

Na parte subsequente, *Timeo hominem unius libri*, pondera-se que “a biblioteca revela o leitor”, para isso, novamente são utilizados personagens literários (entre outros, Dom Quixote e Dom Ferrante – personagem de *Os noivos* de Manzoni) e eventos reais (tais como: a apreensão dos livros de Danton – revolucionário francês que morreu na guilhotina – e o apontamento de Simon Wiesenthal sobre a provável origem hebraica de Cristóvão Colombo devido a sua biblioteca). Com outros exemplos bastante apropriados, o autor ainda salienta não ser a biblioteca um lugar passivo, mas um lugar de disputa entre autores e entre obras e leitores.

LINGUAGEM & ENSINO

No capítulo intitulado *Bibliomania*, é enfocada a ostentação da elite da antiguidade ao exibirem suas bibliotecas. Entre os atenienses, antes de Aristóteles, tais lugares eram compostos por poucos livros; é mais tarde que possuí-los seria símbolo de *status* e de “modernidade”, o que foi bem ilustrado por meio da descrição da esplêndida biblioteca de Lúculo – Procônsul romano que viveu entre 106 e 57 a.C., amigo de Cícero. A questão é que se intensificava a idéia de prestígio em relação às bibliotecas, fato amplamente abordado por filósofos, entre eles, Petrônio, em *Satyricon*, quando dá a palavra ao herói Trimalquião: “Tenho três bibliotecas, uma grega e uma latina”. Também de Sêneca é ressaltado seu escárnio em relação à casa dos ricos, que eram cheias de livros que nunca haviam sido lidos; seguindo esse raciocínio, a questão da dedicação de estudiosos a um menor número de livros ou autores é levantada. Posteriormente, em *O livro-biblioteca*, são comentados nomes famosos, pertencentes ao século XVIII, de autores deste tipo de “livro que reúne tudo”: o livro-biblioteca.

A última parte recebe o mesmo título do livro, nela é discutida a relação pouco amistosa entre livro e poder mediante a recordação das fogueiras implacáveis que privaram o mundo de verdadeiros tesouros, ao mesmo tempo em que fortaleciam a autoridade dos livros condenados: “sucede que o talento perseguido adquire maior autoridade” (Tácito). Convém ainda lembrar que, na queima de livros, não somente os relativos à religião eram destruídos, mas também aqueles que a elite temia por motivos políticos. Nessa luta entre livro e poder, salienta-se que não só a obra era condenada, mas também seu autor (Giordano Bruno é um exemplo) e, às vezes de forma menos severa, a pessoa que a guardava na memória.

RESENHAS

Neste trabalho de Canfora, do objeto livro, que ora simbolizava sabedoria, ora, *status*, foi evidenciada sua força e influência psicológica, cultural e política, por meio de exemplos variados, o que põe em xeque asserções de que livro é objeto inofensivo. Tais exemplos, muito convenientes e instrutivos por sinal, pertencem à História Antiga e a obras clássicas, assim, ao mesmo tempo em que seus argumentos consideram e confirmam um tema de interesse atual (o poder dos livros), a atmosfera em que o leitor se embrenha é antiga. Desse modo, caso haja curiosidade em investigar a situação desse influente objeto na era eletrônica, um importante livro a ser consultado é *Os desafios da escrita*, de Roger Chartier (Unesp, 2002). Entrando no mérito de questões referentes ao ensino e ao leitor, tendo ainda em vista o poder do livro, *Fim do livro, fim dos leitores?*, de Regina Zilberman (Senac, 2001), é uma opção pertinente e inovadora. Na obra de Luciano Canfora, porém, é que o leitor realmente se defronta com a presença conflitante e influente do livro na história do homem.

Compacto, rico e, ao mesmo tempo, apreensível são características de *Livro e liberdade* que devem ser salientadas, devido ao caráter filosófico do texto, informação que pode intimidar algum leitor e distanciá-lo, com isso, dessa discussão sobre a força deste objeto subestimado por muitos: o livro.

Recebido: Novembro de 2003

Aceito: Dezembro de 2003

LINGUAGEM & ENSINO

Endereço para correspondência:

Angela Enz
Av. Sabiá, 20086 – Conjunto Thaís
87070-400 Maringá PR
salgadoes@turbopro.com.br

PAVANI, Cinara Ferreira; MACHADO, Maria Luiza Bonorino. *Criatividade: atividades de criação literária*. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

Resenhado por Circi Nayar Oliveira LOURENÇO
(Universidade Católica de Pelotas)

A produção textual que é trabalhada hoje na maior parte das escolas brasileiras está voltada apenas para o modelo exigido no vestibular, do tipo dissertativo e, na maioria das vezes, com uma estrutura previamente estabelecida, o que inibe quase totalmente a criatividade do aluno. Não há nos currículos de ensino das disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira uma preocupação com o fazer literário, gerando assim uma ineficácia no próprio objetivo que é fixado, fazer um bom texto no vestibular. Pelo medo de trabalhar com as palavras, brincar com elas, modelá-las, fazendo com que tomem as formas pretendidas pelo autor, os textos produzidos pelos vestibulandos apresentam pouca informatividade, pobreza voca-

RESENHAS

bular, além de outros problemas relacionados à coesão e à coerência. É para atuar neste contexto que surge este livro, *Criatividade*, que traz uma grande contribuição do ponto de vista prático para o trabalho dos professores em sala de aula com o ensino de redação. Ele não se limita a mostrar um modelo, determinar uma estrutura, mas sugere diferentes formas de resgatar o potencial criativo dos alunos para a produção de bons textos na sala de aula e fora dela, através de atividades práticas, descontraídas e de grande eficácia.

As autoras ressaltam que este livro é o resultado de experiências em várias oficinas de produção literária por elas ministradas e ilustram com textos dos participantes. Fazemos então uma visita, percorrendo os labirintos de cada um dos seus capítulos.

Criatividade. As autoras definem a criatividade como “a capacidade de transformar, reciclar e recompor inerente ao processo de conhecimento aliado à imaginação. Uma pessoa criativa é aquela que está em sintonia com seu próprio interior, podendo captar do inconsciente elementos capazes de auxiliá-la na elaboração de sua obra.”. Elas ressaltam também a importância da percepção e do sentimento no processo de criação, falam sobre os bloqueios que as pessoas podem ter ao tentar se expressar e sugerem atividades para trabalhar este problema.

Revelando um segredo. Neste capítulo, as autoras revelam a primeira atividade que consiste em pedir que os participantes escrevam possíveis segredos de seus colegas. Logo depois, os segredos são revelados e cada um deverá confirmar ou não se realmente os possuíam e falar um pouco de si.

Planejando um conto. Pavani e Machado recorrem a teoria de Doc Comparato (em *Roteiro*) e propõem um

LINGUAGEM & ENSINO

exercício que consiste na construção de uma *story-lyne*, ou seja, uma história curta que segundo o autor, deve possuir no máximo cinco linhas e apresentar conflito, desenvolvimento e solução. Tomemos um exemplo colocado na obra:

Numa estação de trem, Titão se assusta com um apito, larga a seringa e começa a correr. Enquanto guardas o perseguem, ele foge para

um vagão onde uma mulher lhe entrega um pingente. A porta do trem abre e ele foge descendo uma escada. A luz diminui, seu corpo pesa e ele escuta um barulho. Abre os olhos e enxerga: o chão, o braço cheio de picadas, uma seringa e um elástico cirúrgico. Ao abrir a mão, encontra um pingente: uma cruz.

O texto literário. Sabemos o quanto é difícil estabelecer as fronteiras entre o literário e o não-literário, porém as autoras o fazem com muita clareza e precisão. Segundo elas, o ato de fingir é inerente à criação literária e afirmam que “...mesmo a literatura mais realista é fruto da imaginação. Se houvesse um compromisso com a verdade, ter-se-ia história e não ficção”. Entretanto, elas não esquecem de ressaltar a importância da verossimilhança e classificam-na em externa e interna.

O conto. Neste capítulo temos a definição de conto como “uma narração de curta duração” e várias outras considerações são ressaltadas. Para fazê-lo, as escritoras retomam falas de grandes contistas da literatura universal tais como, Julio Cortázar, Edgar Allan Poe, Ricardo Piglia, Jorge Luis Borges, Horacio Quiroga, Machado de Assis. Elas deixam, ainda neste capítulo, como sugestão de leitura *A cartomante* de Machado de Assis.

RESENHAS

A personagem. A personagem obtém aqui grande importância, pois é considerada o eixo do qual decorrem todas as ações da narrativa. As personagens apresentam múltiplas classificações de acordo com a condição que possuem na obra e que podem ser: por sua natureza, ser humano, coisa, animal; por sua variedade, individuais, típicos, caricaturais; por sua função, protagonistas, antagonistas, narrador. Uma observação importante diz respeito à caracterização dos personagens, que segundo as autoras, a partir da segunda metade do século XIX não é feita com traços fisionômicos bem definidos, mas que muitas vezes, vale-se apenas do uso de algum adereço. A proposta de leitura para esta situação é *A missa do galo* de Machado de Assis.

O narrador. “É um ser de papel que permeia o universo narrativo”, através desta metáfora Pavani e Machado vão delineando a figura do narrador e sua importância no texto narrativo. A sugestão de leitura é *A distante* de Julio Cortázar.

O diálogo. Com relação ao diálogo é feita uma interessante observação sobre as falas, que devem estar de acordo com a composição dos personagens, ou seja, devem ser condizentes com o nível social, profissional e também estar de acordo com o dialeto da região onde vivem. São sugeridas para leitura as crônicas do Luis Fernando Veríssimo.

Literatura e imaginação. Aqui, as autoras nos remetem a Gilbert Durand, que afirma existirem duas maneiras de entrar em contato com a realidade: de forma direta e indireta. Nessa segunda forma, ele apresenta três elementos: o signo, na acepção saussureana; a alegoria, quando se parte de uma idéia para chegar a uma representação; o símbolo, que é quando o significante se

abre para múltiplos sentidos. A leitura sugerida é *Antes do baile verde* de Lygia Fagundes Telles.

O conto fantástico. Na literatura fantástica, a verossimilhança deve ser interna, pois externamente não há. O narrador deverá ser alguém de inteira credibilidade, não podendo ser narradores com problemas mentais ou de pouca idade. A sugestão de leitura é *O outro* de Jorge Luis Borges.

Prosa poética. Para trabalhar a prosa poética foi sugerido um exercício comparativo, no qual certamente irá aparecer a metáfora como um importante elemento de distinção entre a prosa poética e a não poética. A obra recomendada é *A mão no ombro* de Lygia Fagundes Telles.

“Criar é um vício”. Busco nas palavras das próprias autoras o exemplo de como esta obra dá uma conotação de prazer ao ato de criar, de produzir textos, numa visão que contraria a forma convencional que é trabalhada a redação na escola hoje. Não é um livro que objetive trazer receitas para trabalhar textos para o vestibular, mas é sim um livro que instiga o professor ou o oficinairo a criar, dentro dos seus espaços de orientação, momentos que sejam motivadores para que o processo de criação aconteça não de uma forma mecânica, com um objetivo imediato, mas com o propósito ambicioso de que os participantes possam escrever não só para o vestibular, mas também para qualquer outra situação, num ato de prazer. Para isso, nas tão somente 91 páginas nos trazem as falas dos grandes escritores sobre o fazer literário, os textos dos participantes das oficinas e atividades que podem impulsionar a criação, além de epígrafes como esta de Clarice Lispector “Eu escrevo como se fosse para salvar a vida de alguém. Provavelmente a minha própria vida”.

RESENHAS

Recebido: Novembro de 2003
Aceito: Dezembro de 2003

Endereço para correspondência:

Mestrado em Letras
Universidade Católica de Pelotas
Rua Felix da Cunha, 412
96010-000 - Pelotas, RS
E-mail: poslet@atlas.ucpel.tche.br

ZORZI, Jaime Luiz. *Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita*. Questões clínicas e educacionais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Resenhando por Cristiane LAZZAROTTO

Esta obra, escrita pelo fonoaudiólogo e Doutor em Educação Jaime Zorzi, é composta por uma série de artigos, resultado do trabalho do autor como terapeuta, professor e pesquisador na área da linguagem escrita. Nesses artigos, Zorzi busca estender a visão clínica dos distúrbios de aprendizagem para uma visão mais social e educacional. Na apresentação de sua obra, o autor questiona se o grande número de crianças com dificuldades de aprendizagem da escrita realmente sofrem de um distúrbio, ou se esses casos não estariam revelando deficiências no ensino. Zorzi também acrescenta que se um dos objetivos funda-

mentais da educação é ensinar a ler e a escrever, "*deve-se ter, com clareza, o que ler e escrever significam, os desafios que representam, os conhecimentos de ordem lingüística que implicam, assim como os conhecimentos que o professor deve ter para poder realmente ensinar*" (p.VI).

No primeiro capítulo, intitulado *A Aprendizagem da Linguagem Escrita: Indo Além dos Distúrbios*, o autor esclarece que vai abordar os distúrbios da linguagem escrita numa visão mais ampla, conforme havia mencionado já na apresentação do livro. Zorzi também diferencia linguagem oral de linguagem escrita e apresenta quais as condições necessárias para a aprendizagem da leitura e da escrita. Utilizando textos escritos por duas crianças com histórias de vida bem diferentes uma da outra, o autor busca exemplificar porque a realidade social e educacional do aprendiz deve ser levada em conta ao se analisar os casos de fracasso na aprendizagem.

Ao final do capítulo, Zorzi desmistifica a questão da influência da fala na aprendizagem da escrita, ou seja, o autor aponta que não é necessário falar bem (dominar a norma culta da língua) para se aprender a escrever corretamente, mas que é justamente a exposição à língua escrita (mais próxima da padrão) que pode levar um sujeito a se expressar melhor através da fala. Concluindo, o autor discute qual o papel do fonoaudiólogo diante dessas questões, especialmente daqueles que trabalham na área denominada fonoaudiologia escolar.

No capítulo 2, Zorzi apresenta as fases de construção da escrita infantil, tendo como referência o trabalho de Ferreiro e Teberosky (1986), e o desenvolvimento da consciência fonológica, dividida em quatro níveis: sensibilidade à rima, conhecimento silábico, conhecimento intra-silábico e conhecimento segmental.

RESENHAS

Já no capítulo seguinte, o autor apresenta um resumo de sua tese de doutorado, na qual analisou a apropriação da ortografia do Português por crianças de primeira a quarta séries do ensino fundamental. A partir desse estudo, Zorzi pôde fazer um levantamento daquilo que é fácil e daquilo que é difícil, em se tratando da aquisição ortográfica. Também pôde observar que essa aquisição compreende um processo gradual e evolutivo, o qual deve ser levado em conta pelos métodos de ensino. Finalizando, o autor refere que tanto os programas de ensino, quanto os terapêuticos, devem considerar que as crianças não aprendem empregando recursos de memória, mas através da construção de hipóteses, e que os conhecimentos construídos por elas são fortemente influenciados pelas características do próprio sistema lingüístico que está sendo aprendido.

No capítulo 4, o autor apresenta um estudo de caso de uma menina de 7 anos, com dificuldades na aquisição da ortografia. Os dados da avaliação inicial são muito bem explicados ao longo do capítulo e, ao final, Zorzi apresenta, também muito detalhadamente, o planejamento dos procedimentos de intervenção para cada dificuldade ortográfica apresentada pela menina.

Nesse capítulo cabe fazer uma observação: ao abordar a questão do apoio da escrita na oralidade e de novamente versar sobre o tema "saber falar para saber escrever", Zorzi procura distinguir variação lingüística ou dialetal de um distúrbio lingüístico. Contudo, não creio que os exemplos utilizados sejam os mais apropriados: *"Se, por outro lado, uma criança articula palavras como 'socolate' (chocolate), 'zanela' (janela), 'polacha' (bolacha) ou 'cato' (gato), diremos que ela, de fato, apresenta uma alteração de fala, porque esse modo de pronúncia não faz parte de nenhuma das variantes da*

língua portuguesa falada no Brasil" (p.90). Esses exemplos configuram, de fato, um caso de variação lingüística que pode ser observado em regiões de colonização italiana e alemã, respectivamente.

O capítulo 5, intitulado *Distúrbios da Linguagem Escrita, da Oralidade e Distúrbios da Aprendizagem: Contribuições da Fonoaudiologia*, traz uma classificação já descrita por Zorzi em publicação anterior (Zorzi, 2001), relativa às alterações da linguagem oral e escrita. Também encontramos nesse capítulo quais as características do sistema de escrita e quais as capacidades envolvidas no processamento eficiente dessas características. Ao final, o autor apresenta quatro casos clínicos para ilustrar os aspectos discutidos ao longo do capítulo e demonstra o papel do fonoaudiólogo diante dos distúrbios analisados.

No capítulo 6, Zorzi trata do espelhamento de letras na escrita infantil e de sua origem ou causa. Para tanto, recorre aos estudos desenvolvidos por Piaget (1975), relativos à noção de permanência do objeto e de invariância. Assim, para aquele autor, o espelhamento faz parte do desenvolvimento normal da aquisição da linguagem escrita, uma vez que a criança utiliza o conhecimento prévio que tem sobre "as coisas" para se apropriar desse novo objeto, que são as letras. Contudo, Zorzi aponta que a criança deve aprender que o "mundo das coisas" difere-se do "mundo das letras", pois nesse, uma simples alteração da forma, pode alterar em muito seu significado.

No capítulo 7, o autor relaciona o aprendizado da ortografia com os processos de memorização. Ele acredita que as crianças adquirem a ortografia a partir de processos gerativos, conforme já discutido em capítulo anterior, mas que em alguns momentos terão que se utilizar da memória, especialmente ao lidar com palavras irregulares (ex.: a

RESENHAS

representação gráfica do fonema /s/ pode ser feita de oito maneiras diferentes). Contudo, Zorzi afirma que para guardar a forma escrita de uma palavra na memória de longo prazo, será necessário que a criança a leia muitas vezes e isso só será possível com palavras muito frequentes na língua.

O capítulo 8 trata de algumas considerações sobre os processos de atenção e de suas alterações. O autor define atenção como uma capacidade geral de estarmos receptivos ao que se passa no mundo e de selecionarmos, a partir de um conjunto de fatos, aquele que no momento é o mais importante. Também defende que a atenção depende de dois fatores: do processo de maturação biológica e de uma atitude do adulto no sentido de ajudar a criança a organizar sua atenção e comportamento.

Por fim, no último capítulo, intitulado *Fonoaudiologia e Educação: Encontros, Desencontros e a Busca de uma Atuação Conjunta*, Zorzi faz uma análise da história da Fonoaudiologia no Brasil e de sua inserção na Educação. Conforme trabalhos anteriores, o autor defende que o trabalho do fonoaudiólogo escolar não se resume em fazer triagens e encaminhamentos para atendimento clínico individual. Zorzi sugere uma atuação desenvolvimentista, tendo em mente não só eliminar problemas, mas sim promover o desenvolvimento de todos os envolvidos no ambiente escolar.

"Para se promover desenvolvimento, aprendizagem, em alta escala e de forma generalizada, nada pode ser mais ideal do que a situação escolar. Assim pensando, além das ações mais tradicionais de detectar, tratar e prevenir problemas, podemos também pensar o fonoaudiólogo trabalhando em educação, dirigindo sua atenção em termos de planejar o desenvolvimento de potencialida-

LINGUAGEM & ENSINO

des, inclusive daquelas crianças que não são consideradas portadoras de dificuldades ou que estejam em situação de risco".(p.161-162).

Ao final do capítulo, o autor apresenta um quadro ilustrativo das possibilidades de atuação do fonoaudiólogo no âmbito educacional (p.164). A seguir, explica muito detalhadamente como desenvolver os tópicos apresentados nesse quadro e finaliza o livro retomando a problemática dos fracassos escolares, dizendo:

"A Fonoaudiologia, não tenho dúvidas, tem sua contribuição para dar. Na expectativa de que o conteúdo deste livro possa ter confirmado a afirmação que se segue, os fonoaudiólogos, ao aplicarem seus conhecimentos sobre prevenção, aquisição e desenvolvimento de linguagem, voz, fala, audição, técnicas de apresentação e controle ambiental de ruídos poderiam, em muito, colaborar para a modificação de tal quadro, desfavorável tanto para alunos quanto para professores. E, conseqüentemente, desfavorável para toda a sociedade" (p.170).

Assim estamos diante de uma obra cuja leitura é muito agradável e esclarecedora, pois Zorzi não "economiza" em suas explicações e detalhamentos. Para quem já acompanha o trabalho do autor, poderá perceber que muitos tópicos desse livro já foram tratados por ele em momentos anteriores. De qualquer forma, recomendo essa obra para todos aqueles que lidam com a linguagem escrita, sejam profissionais ou estudantes, especialmente fonoaudiólogos e educadores.

RESENHAS

REFERÊNCIAS

FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto alegre: Artes Médicas (Artmed), 1996.

PIAGET, J. *A construção do real na criança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ZORZI, J. *A intervenção fonoaudiológica nas alterações da linguagem infantil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

Recebido: Novembro de 2003

Aceito: Dezembro de 2003

Endereço para correspondência:

Mestrado em Letras
Universidade Católica de Pelotas
Rua Felix da Cunha, 412
96010-000 - Pelotas, RS
E-mail: poslet@atlas.ucpel.tche.br

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. 199p.

Resenhado por Dâni Rodrigues MOREIRA (Universidade Católica de Pelotas/CAPES)

LINGUAGEM & ENSINO

Marcos Bagno é professor de Linguística da Universidade de Brasília (UnB) e autor de obras importantes, como *A língua de Eulália* (1997) e *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social* (2000). Em seu livro *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*, inicia sua reflexão partindo de comentários, principalmente os veiculados na mídia impressa de 2002, sobre a ameaça que representaria para a “sobrevivência” da língua a ascensão ao poder de Luiz Inácio Lula da Silva, um falante de variedades linguísticas estigmatizadas. Ao longo da obra, Bagno, através de análises sobre as relações entre língua e poder, tenta mostrar o quanto essas idéias são preconceituosas, deixando claro que as mesmas não devem ser consideradas, pelo menos por quem tiver um pouco de conhecimento sobre a história do Brasil e de sua realidade sociolingüística. Dessa forma, traz a público reflexões linguísticas de extrema relevância, principalmente por serem abordadas em um momento importante da história sociolingüística do Brasil.

A obra, devido ao tema tratado, apesar de ser mais voltada para professores de Língua Portuguesa, lingüistas aplicados e sociolingüistas, pode ser lida por pessoas de outras áreas de conhecimento, desde que tenham interesse em conhecer mais sobre a origem do preconceito lingüístico no Brasil. Isso se deve ao fato de o autor, conforme ocorrido também em obras suas anteriores, conduzir o tema de forma cativante, com uma linguagem clara e acessível.

O livro é dividido em três partes (cada uma com subdivisões), além de um prólogo e um epílogo. As subdivisões são muito importantes, pois a apresentação do grande texto em tópicos é mais um fator facilita a leitura. Além disso, como grande parte deles são apresentados em

RESENHAS

forma de pergunta, parece que tendem a, realmente, manter um diálogo mais direto com o leitor, respondendo às suas prováveis dúvidas sobre o tema.

No prólogo da obra, intitulado *Mídia, preconceito e revolução*, o autor começa abordando a questão do preconceito lingüístico explícito por parte da mídia na época em que Lula foi eleito presidente da república. De acordo com Bagno, o preconceito lingüístico é muito mais um preconceito de ordem social, já que a língua é parte constitutiva da identidade individual, mas também social de cada ser humano. Além disso, segundo o autor, a noção de erro na sociedade varia de acordo com quem o comete, pois as próprias pessoas de classes sociais mais privilegiadas que acusam Lula de não saber utilizar a linguagem, muitas vezes, também cometem equívocos e, nem por isso, sofrem qualquer tipo de discriminação, pois, na fala de um membro da elite letrada, alguns erros são vistos como “lapsos” e recebem a seguinte justificativa: “a essas pessoas até se permite errar, pois sabem a forma certa”.

Já concluindo a parte introdutória, Bagno enfatiza a importância da eleição de Lula, definindo-a como “um fato histórico extraordinário”, pois, pela primeira vez na história do Brasil, uma pessoa com os seus antecedentes biográficos e sociais, representante das variedades lingüísticas “populares”, chega ao poder. Apesar disso, de acordo com o autor, a eleição do presidente não representará uma mudança nos conceitos de “língua certa” no imaginário de nossa sociedade, pois, para que isso ocorresse, seria necessário que todas as demais relações sociais sofressem uma ruptura revolucionária.

Na primeira parte do livro - *Por que “norma”? Por que “cultura”?* – o autor começa criticando as “gramáticas”. Segundo ele, estão descontextualizadas, pois optam pela

LINGUAGEM & ENSINO

literatura como modelo de “língua culta” a ser imitado, quando, na realidade, somos muito mais influenciados pelas “modas” lingüísticas da televisão, por exemplo.

Além disso, Bagno coloca em discussão o uso da expressão “norma culta”, a qual, na sua opinião, vem sendo utilizada de maneira equivocada, pois dizer que uma determinada maneira de falar e escrever é “cultu” é dar a entender que as demais maneiras de falar e escrever não são “cultas”. Como do ponto de vista sociológico e antropológico, não existe ser humano que não esteja vinculado a uma cultura, a expressão em questão acaba sendo comprometidora. Para resolver o problema sugere, então, que a “norma culta” dos prescritivistas passe a ser chamada de norma-padrão (que seria aquele modelo de língua idealizado, mas que os falantes não usam) e que a “norma culta” dos pesquisadores (língua realmente empregada pelos falantes que têm escolaridade) seja trocada pela expressão variedades de prestígio, a fim de evitar uma noção excludente de cultura. Dessa forma, o autor, de modo bastante prático, consegue resolver esses problemas de terminologia.

Na segunda parte da obra (*Um pouco de história: o fantasma colonial & a mudança lingüística*), Bagno mostra, através da história, a origem das discrepâncias entre a norma-padrão e o português brasileiro efetivamente usado no dia-a-dia, além disso, aborda outras questões, como a baixa-estima lingüística dos brasileiros, os ritmos da mudança lingüística e o papel político dos lingüistas diante do quadro atual.

O autor começa expondo um fato marcante de nossa história colonial, no campo da política lingüística, que foi a decisão do primeiro-ministro português, Marquês de Pombal, em 1757, de proibir o ensino de qualquer outra

RESENHAS

língua em território brasileiro que não fosse a portuguesa, quando, na época, as línguas mais empregadas pela população eram o tupi e o tupinambá. A partir daí, um pequeno círculo de letrados nega sua língua materna para se expressar em uma língua que não lhe pertence, tentando imobilizá-la, esquecendo-se que a mudança lingüística é inevitável.

Sobre as mudanças lingüísticas, Bagno enfatiza a idéia de que esse fenômeno não ocorre ao mesmo tempo em todas as línguas, e, dentro de uma mesma língua, não ocorre de modo idêntico nas diferentes variedades sociolingüísticas, o que pode explicar as diferenças encontradas entre as variedades prestigiadas e as variedades estigmatizadas do português brasileiro.

A respeito do papel político dos lingüistas, o autor é enfático: reformar o padrão, admitir como válida a língua que já faz parte do dia-a-dia dos brasileiros, é uma obrigação política de todas as pessoas comprometidas com a democratização do Brasil, uma vez que a norma-padrão não é apenas um instrumento de regulação lingüística, e sim um instrumento de opressão ideológica, de discriminação e preconceito. Sobre esse assunto, Bagno ainda volta a falar ao longo da obra.

Na terceira parte do livro, intitulada *Por uma gramática do português brasileiro*, o objetivo principal de Bagno é reforçar a idéia, a qual já havia sido abordada na primeira parte, de que as gramáticas existentes não são ideais, sendo assim, seria necessário que se produzisse uma gramática realmente do português brasileiro, preparada por pesquisadores comprometidos com a realidade lingüística do Brasil. Para o autor, além de haver uma inconsistência metodológica por parte dos gramáticos normativos, os escritores não podem servir de modelo de

uso correto da língua, uma vez que as obras dos grandes poetas e ficcionistas representam produções lingüísticas extremamente singulares, por isso, usar essas produções como modelo prescrito, seria, no mínimo, desconsiderar todos os demais usos da língua.

Como exemplo do que seria uma gramática ideal, Bagno cita a intitulada *Modern Portuguese: a Reference Grammar* (2002), de Mário Perini, a qual saiu publicada nos Estados Unidos, sendo dirigida a falantes da língua inglesa interessados em estudar o português brasileiro. De acordo com o autor, Perini faz questão de expor do modo mais realista possível o português brasileiro contemporâneo, dando ênfase às regras comumente utilizadas pelos falantes urbanos escolarizados.

Sendo necessário uma mudança de abordagem presente nas gramáticas, o que fazer, então, com a norma-padrão? Bagno enfatiza a necessidade de um ensino crítico da norma-padrão, deixando claro sua origem “elitista e coercitiva”, mostrando que a necessidade de dominá-la se deve à necessidade de que os alunos vindos das classes menos favorecidas possam, quem sabe, um dia, dispor dos mesmos instrumentos de luta dos alunos provindos das camadas privilegiadas, conseguindo, assim, superar ao menos parte da discriminação que sofrem.

No epílogo, intitulado *Norma (o)culta, a gramática não-escrita*, o autor retoma a idéia inicial comentando o título do livro, o qual se refere ao jogo ideológico que está por trás da defesa do conjunto de regras lingüísticas, defesa esta apoiada no mito de que o conhecimento da norma “culta” é garantia suficiente para a inserção do indivíduo na categoria dos que sabem falar e, por isso, têm direito à palavra. Mas a restrição imposta ao acesso dos falantes das variedades estigmatizadas ao sistema

RESENHAS

educacional, praticamente denota que essa ascensão social dificilmente ocorrerá. Dessa forma, a discriminação contra aqueles que não sabem português é o que se pode ver de um mecanismo que atua em um nível muito mais sutil. Assim, Bagno conclui, chamando atenção para o fato de que é essa discriminação que configura a norma oculta, o disfarce lingüístico de uma discriminação que é, na realidade, social.

Apesar de Bagno tratar de um assunto recorrente em outras obras suas, o autor inova, uma vez que, mais do que discutir sobre o preconceito lingüístico, aprofunda o tema, abordando o elitismo que realmente se esconde por trás dele. Desse modo, a forma crítica como o assunto é tratado ao longo do livro faz com que sua leitura seja de extrema relevância para os profissionais que trabalham com questões relativas à linguagem, principalmente professores de língua materna, os quais, partindo desta leitura, poderão mudar sua postura enquanto educadores. Sendo assim, sabendo-se que é a partir de reflexão e de conseqüente conscientização que se dão as grandes mudanças, não é exagero dizer que a obra representa um convite ao novo.

Recebido: Novembro de 2003

Aceito: Dezembro de 2003

Endereço para correspondência:

Mestrado em Letras
Universidade Católica de Pelotas
Rua Felix da Cunha, 412
96010-000 - Pelotas, RS
E-mail: poslet@atlas.ucpel.tche.br

LINGUAGEM & ENSINO

MALUF, A.C. *Brincar: prazer e aprendizado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

Resenhado por: Ida Maria Morales MARINS (Mestranda – UCPel)

Este livro fala da importância da utilização do brinquedo no desenvolvimento infantil e procura mostrar que tanto o jogo, a brincadeira e o brinquedo podem ser englobados em um universo maior, chamado “ato de brincar”. Para sua organização ele foi dividido em três partes. A primeira parte fala do *ato de brincar*: seu significado, sua importância, tipos de espaços para brincar e como desenvolver habilidades nas crianças, a importância do brincar na escola e alguns depoimentos de mães sobre o brincar. A segunda parte trata do *brinquedo*: seus mistérios, classificação e valor do brinquedo, sua função e tipos de brinquedos mais adequados às diferentes etapas do desenvolvimento da criança. No final desta segunda parte a autora reserva um item para descrever uma *brinquedoteca*, definindo-a como um espaço estruturado para a criança brincar. Finalmente, a terceira parte fala da *brincadeira*: tipos de brincadeiras, como ser criativo ao desenvolvê-las com coragem de errar, a diferença entre brincadeira e jogo, as qualidades essenciais para desenvolver as brincadeiras e como garantir o surgimento delas em sala de aula. Concluindo esta última parte do livro, a autora traz uma coletânea de exemplos de brincadeiras possíveis de serem realizadas com as crianças. Para esta resenha selecionei abordar aqueles itens que, sob o meu ponto de vista, trouxeram algumas informações importantes sobre o brincar na infância e, no final, farei considerações minhas sobre a obra.

RESENHAS

Antes mesmo de começar a desenvolver os itens referentes à primeira parte, a autora tece algumas palavras sobre a formação do pedagogo nos dias de hoje e fala da necessidade desses profissionais vivenciarem experiências lúdicas durante a sua formação para que possam estar mais bem preparados para trabalharem com as crianças. Segundo a autora: “a formação de um profissional nesta área precisa ser melhor embasada, com conhecimentos que vivenciem experiências lúdicas, que atuem como estímulo para desenvolver suas habilidades, explorando a si e o ambiente em que se encontram” (p.11).

Na parte referente ao brincar, a autora traz alguns conceitos de autores que trabalham com essa temática. Entre eles eu cito: Maria Alice Setúbal (1987), Walter Benjamin (1984) e Bruno Bettelheim (1988). Para este último o brincar é muito importante, pois enquanto estimula o desenvolvimento intelectual da criança também ensina, sem que ela perceba, os hábitos necessários ao seu crescimento. Para Maluf, a importância do ato de brincar está relacionada à felicidade da criança, pois além de viver uma infância mais feliz poderá tornar-se um adulto muito mais equilibrado física e emocionalmente, conseguindo superar com mais facilidade problemas que surgem no seu dia-a-dia. Por isso, o brincar na escola é fundamental. Segundo a autora, a atividade de brincar está bastante ausente nos dias de hoje das propostas pedagógicas da escola, chegando inclusive a estabelecer proibições nos poucos momentos de brincadeiras que as crianças têm, como por exemplo, na hora do recreio. Observando essa realidade escolar, Maluf propõe que as brincadeiras estejam mais presentes nos currículos escolares podendo, inclusive, perpassarem pelas disciplinas. Cabe ao professor estabelecer metodologias e condições possíveis para que

uma proposta criativa de ensino aconteça, reservando um lugar ao lúdico no seu planejamento. Para a autora, o lúdico deve ser um parceiro do professor.

Na segunda parte do livro, Maluf traz citações de Vygotsky (1984), Piaget (1975), Winnicott (1965), entre outros, para falar sobre o brinquedo, seus mistérios, tipos e função. Baseada nos pressupostos teóricos, a autora destaca a antiga crença de que o conteúdo imaginário do brinquedo era o que determinava as brincadeiras, mas que na verdade quem faz isso é a criança, pois é através do brinquedo que ela instiga a sua imaginação, experimenta novas sensações, trava desafios e busca satisfazer sua curiosidade de tudo conhecer. Quanto à função do brinquedo a autora destaca aspectos importantes que são mencionados por Winnicott (1965). Segundo este autor “o brinquedo tem a função de provocar prazer físico e emocional às crianças; evoluir a personalidade infantil e emocional delas; fornecer uma organização para o começo de relações emocionais, propiciando o desenvolvimento de contatos sociais; etc.” Quanto aos tipos de brinquedos, Maluf aborda-os considerando as diferentes etapas do desenvolvimento segundo Piaget (1975). Para cada uma dessas etapas são mencionados exemplos de brinquedos mais adequados de acordo com os estágios da infância (0-12 anos) até a adolescência.

A terceira e última parte do livro trata das brincadeiras. Para Maluf, desenvolver brincadeiras é muito fácil. No entanto é preciso desenvolver o hábito de pensar criativamente todos os dias, deixando desabrochar as energias criadoras muitas vezes desconhecidas por nós. Ela fala também da necessidade dos educadores mudarem suas posturas diante das crianças abandonando técnicas e métodos tradicionais e passando a acreditar no brincar como

RESENHAS

estratégia do desenvolvimento infantil. Concluindo esta parte, Maluf entende que educar deve estar sempre dentro de uma totalidade, relacionando as partes ao todo, por isso ela diz: “é preciso que os pais e educadores dêem oportunidades a si próprios e às crianças de viver e aprender de uma forma mais gostosa, alegre, divertida e participativa, pois assim poderemos ver uma sociedade mais feliz, cada um com liberdade de expressão e criação podendo modificar, transformar, lutar pelos seus ideais como também reconhecer a importância do outro, de suas capacidades” (p.107).

Este livro traz, sob o meu ponto de vista, algumas informações gerais sobre o brincar, a sua importância na vida e na formação da criança e de forma bastante sutil faz uma crítica ao fazer pedagógico dos profissionais que trabalham com crianças e que têm esquecido ou não têm tido preocupação com o lúdico no processo de ensino-aprendizagem. A obra constitui-se de alguns recortes de autores que trabalham em diferentes áreas a temática da infância e entre esses recortes a autora vai fazendo suas colocações. Penso que este livro poderá despertar o interesse daqueles profissionais que trabalham com crianças e que pouco têm lido sobre as questões que envolvem este tema, podendo dele também se utilizarem para obter indicação bibliográfica no sentido de aprofundar seus estudos, o que certamente é muito importante.

Recebido: Novembro de 2003

Aceito: Dezembro de 2003

LINGUAGEM & ENSINO

Endereço para correspondência:

Mestrado em Letras
Universidade Católica de Pelotas
Rua Felix da Cunha, 412
96010-000 - Pelotas, RS
E-mail: poslet@atlas.ucpel.tche.br

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2003.

Resenhado por Leila Bom CAMILLO (Universidade Católica de Pelotas)

Quais são as concepções de alfabetização e de letramento? Que perspectivas, dimensões e relações envolvem a alfabetização e o letramento? Quais são as práticas que norteiam tais processos? Afinal, o que buscamos na aquisição da língua escrita?

Em *Alfabetização e letramento* Magda Soares convidou-nos para tais discussões, oferecendo uma releitura de artigos publicados ao longo de um período de 13 anos sobre o tema alfabetização e letramento. Revisitando, com os olhos do presente, textos publicados em anos anteriores, a obra possibilita uma reflexão sobre temas ainda muito pertinentes na atualidade.

O livro é estruturado em três partes tomando por critério o agrupamento de idéias nucleares em três princi-

RESENHAS

pais subtemas. A primeira parte é composta de textos que pretendem basicamente apresentar e discutir concepções de alfabetização e letramento. A segunda parte reúne textos voltados para uma reflexão sobre práticas escolares de alfabetização e letramento. A terceira parte pretende articular e integrar as duas partes anteriores.

Pequenos textos, como *links* ou *janelas* de um hipertexto, são introduzidos em quadros à margem, acrescentando comentários da autora, contextualizando ou esclarecendo menções a fatos, conceitos ou pessoas, explicitando a atualidade de problemas e situações.

No primeiro capítulo *As muitas facetas da alfabetização* a autora diferencia dois processos: o de aquisição da língua (processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita) e o de desenvolvimento da língua (processo que não é interrompido). O artigo contextualiza o leitor expondo diferentes perspectivas (psicológica, psicolinguística, sociolinguística e lingüística) que estudam o fenômeno da alfabetização separadamente. No entanto, segundo a pesquisadora, tais perspectivas devem ser articuladas, uma vez que o processo é um fenômeno de natureza complexa e multifacetado.

Em *Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas*, Soares evidencia o caráter individual e social do processo de letramento. Na dimensão individual, o letramento é visto como um atributo pessoal, referindo-se às habilidades individuais de leitura e escrita, no entanto, a reflexão proposta é sobre a dificuldade de definir com precisão até que ponto que um indivíduo pode ser considerado letrado, uma vez que as habilidades e os conhecimentos de leitura e de escrita estendem-se em um *continuum* indicando diferentes tipos e níveis de habilidades e conhecimentos que podem ser utilizados para ler e

escrever diferentes tipos de material escrito. Já na dimensão social do letramento, a autora classifica o processo como fenômeno cultural, como um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita. Entretanto há pontos de vistas conflitantes que podem ser resumidos em duas tendências: uma tendência “liberal”, em que assume que o letramento tem o poder de promover o progresso social e individual, com conseqüências somente positivas, sendo o uso das habilidades e conhecimentos de leitura e escrita necessários para funcionar adequadamente na sociedade, tal como ela é; e uma tendência revolucionária, em que o conjunto de práticas socialmente construídas envolve a leitura e a escrita responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições, padrões de poder presentes no contexto social, dependendo o contexto ideológico, o letramento pode ser um instrumento tanto para a libertação como para a domesticação, baseia-se em sua força potencial para transformar relações e práticas sociais consideradas indesejáveis e injustas.

No terceiro capítulo, *Em busca da qualidade em alfabetização: em busca...de quê?*, a autora postula que as propriedades, os atributos, as condições que constituem a qualidade da alfabetização e do letramento dependem do contexto histórico, econômico, político, cultural, educativo em que essas práticas ocorrem. Segundo Soares as discussões centram-se em duas perspectivas: ou se buscam os fatores determinantes – mudanças curriculares, substituição de métodos, fatores extra-escolares, materiais didáticos e a formação dos professores – ou discute-se a produtividade do processo, natureza e nível dos conhecimentos e habilidades adquiridos, determinando-se a qualidade por índices de exclusão, repetência, evasão. Porém, ambas pressupõem que se saiba com clareza as habilidades que

RESENHAS

devem ser desenvolvidas. A pesquisadora conclui que o que realmente deve ser buscado é uma ideologia e uma política para a alfabetização e o letramento da criança brasileira.

Encerrando a primeira parte do livro sobre as concepções de alfabetização e letramento, o texto *Alfabetização e cidadania* discute a relação entre o acesso à leitura e à escrita e a conquista de direitos sociais, civis e políticos. Esta relação é analisada sob dois pontos de vista, o da negação e o da afirmação. Quanto à negação a autora discute a idéia de que só quem sabe ler é capaz de agir politicamente; tal idéia oculta os reais determinantes da exclusão da cidadania, em que agir e participar politicamente são produtos das injustiças sociais e não de uma ignorância causada pelo analfabetismo. O que constrói o cidadão é a luta pelos seus direitos. Quanto à afirmação, a autora afirma que como vivemos em uma sociedade grafocêntrica, a alfabetização torna-se um instrumento necessário na luta pela conquista da cidadania. Segundo a autora é premente a necessidade de assumir a reflexão sobre a alfabetização e o letramento num quadro mais amplo, social, político, cultural, ideológico.

A proposta de reflexão sobre as práticas do processo de alfabetização e letramento inicia com o texto *Alfabetização: a (des)aprendizagem das funções da escrita*. O artigo apresenta estudos sociolinguísticos que contribuíram para análise do processo de alfabetização e do letramento buscando verificar as causas do fracasso do processo. Além dos estudos estruturais – em que se identificam as diferenças entre gramáticas da fala e a da escrita, diferenças morfológicas, sintáticas e diferenças entre o sistema fonológico e o sistema ortográfico – a autora focaliza os estudos funcionais. A perspectiva funcional pode ser abor-

dada quanto ao papel social da escrita e quanto à finalidade atribuída à enunciação. A função no sentido de uso diz respeito ao valor atribuído por um determinado grupo social à escrita, o que influencia no êxito ou fracasso do processo, já a função no sentido de finalidade refere-se à função, na terminologia de Halliday, referencial, reguladora, imaginativa, pessoal, instrumental. Segundo Soares, as crianças de classes mais favorecidas atribuem funções diferentes à escrita do que as crianças das camadas populares. A escola privilegia a linguagem das classes mais favorecidas, uma linguagem universalista, impessoal, generalizada, artificial. A criança das classes menos favorecidas não aprendeu o jogo da escola, utiliza uma linguagem particularista, fala de si mesma. A escola ensina a reprodução do modelo escolar de texto, nega a subjetividade do autor e do leitor. Enquanto que a criança aprende a usar a escrita com as funções que a escola atribui a ela, e que a transformam em uma interlocução artificial, a criança desaprende a escrita.

No sexto capítulo *Alfabetização: em busca de um método?*, a escritora trata da mudança de paradigma nos últimos anos sobre duas concepções metodológicas: da concepção associacionista para a concepção psicogenética. Enquanto que a primeira volta-se para o método, influenciada pela vertente skinneriana, a segunda considera o aprendiz como centro do processo; a aprendizagem se dá por uma progressiva construção de estruturas cognitivas. Se é a criança que faz a aprendizagem, porque se questiona o método? Soares acredita que sem proposições metodológicas claras, corre-se o risco de ampliar o fracasso escolar, ou porque se rejeita os tradicionais métodos, ou porque não saberemos resolver o conflito entre uma concepção construtivista da alfabetização e a ortodoxia da escola, ou,

RESENHAS

finalmente, porque podemos incorrer no espontaneísmo, considerando, por falta de suficiente formação teórica, qualquer atividade como atividade intelectual, e qualquer conflito como conflito cognitivo.

O texto *Novas perspectivas do ensino da Língua Portuguesa: implicações para a alfabetização* discute o resultado de múltiplos fatores que condicionam e determinam o ensino da Língua Portuguesa no nível fundamental. A autora dá dois enfoques relevantes: a conquista do direito à escolarização pelas camadas populares que resulta na expansão quantitativa e conseqüentemente na necessidade de uma mudança qualitativa; e a análise das determinantes teóricas da prática pedagógica desse ensino. As fragilidades discursivas dos textos produzidos por alunos em fase de alfabetização decorrem dos modelos de texto com que convivem, nos anos iniciais de escolarização. Soares propõe que a criança conviva com as regras discursivas do texto escrito e que construa o seu conhecimento e faça uso delas.

Finalizando o livro, a autora faz uma homenagem a Paulo Freire, destacando no texto *Paulo Freire e a alfabetização: muito além de um método* o trabalho do estudioso que legou à alfabetização conceitos fundamentais para a prática do processo. Para Paulo Freire as relações sociais em que se alfabetiza referem-se ao alfabetizando considerado não como aluno, mas participante de um grupo, o alfabetizador considerado não como professor, mas como coordenador de debates, a interação entre coordenados e participantes considerada não como aula mas como diálogo, o contexto não como sala de aula, mas como Círculo de Cultura. A autora ainda destaca que não é um método de alfabetização que Paulo Freire cria, é uma concepção de alfabetização, que transforma fundamentalmente o

LINGUAGEM & ENSINO

material com que se alfabetiza, o objetivo com que se alfabetiza, as relações sociais em que se alfabetiza.

Dentre tantas contribuições da autora ao ensino da língua materna, Magda Soares presenteia seu leitor com mais esta obra, que se torna ponto de parada obrigatória para os estudiosos da área. Destacam-se no transcorrer do livro o aspecto social, político e ideológico da alfabetização e do letramento. Aspectos esses que, quando considerados pelos profissionais comprometidos com o ensino, tornam-se ferramentas indispensáveis para a promoção da evolução educacional do país.

Recebido: Novembro de 2003

Aceito: Dezembro de 2003

Endereço para correspondência:

Mestrado em Letras
Universidade Católica de Pelotas
Rua Felix da Cunha, 412
96010-000 - Pelotas, RS
E-mail: poslet@atlas.ucpel.tche.br

RESENHAS

SILVA, Juremir Machado da. *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

Resenhado por Valesca Brasil IRALA (Universidade da Região da Campanha)

“Todo indivíduo submete-se a um imaginário preexistente. Todo sujeito é um inseminador de imaginários”
(Juremir Machado da Silva)

Com um título sedutor, o livro *As tecnologias do imaginário* convida o leitor a passear por conceitos e teorias utilizados em várias áreas do conhecimento, tais como a comunicação, a lingüística, a análise do discurso, a psicanálise, a educação, a sociologia, a filosofia, entre outras. De caráter transdisciplinar, os assuntos abordados exigem do leitor o conhecimento de algumas teorias mencionadas, porém pouco exploradas na obra, o que não a invalida, principalmente para aqueles que se agradam de leituras acadêmicas misturadas com um tom levemente literário, tal como faz o autor.

Para trabalhar a conceituação do termo “imaginário”, Silva lança mão de reflexões de autores como Lacan, da psicanálise e Maffesoli, da sociologia, principalmente para mobilizar a confusão existente entre *imaginário* e *simbólico*, porém sem estabelecer uma diferenciação teórica convincente entre os dois termos. Em seguida, contrasta *imaginário* com outros vocábulos bastante usuais nas diversas áreas acadêmicas, tais como cultura, ideologia e crença.

Primeiro, para problematizar a diferença entre *imaginário* e *cultura*, apresenta uma outra dicotomia: cul-

tura/civilização. Resumidamente, a primeira é vista mais como um produto que expressa a individualidade de um povo e a segunda, veste-se com ar de processo, em constante movimento. Dito isso, o autor engloba a civilização dentro da cultura e imediatamente põe o imaginário ao mesmo tempo como subordinado e determinante da segunda, pois essa se diferencia nos diversos povos por meio do imaginário, que é visto pelo autor como uma força, uma aura, uma atmosfera não quantificável.

Em seguida trata de relacionar *imaginário* e *ideologia*. Para tanto, retoma teóricos marxistas, além de mostrar a existência de um conceito neutro para o termo ideologia, acreditando que por si só esse já é ideológico. Silva retoma Althusser e seus Aparelhos Ideológicos do Estado (religião, escola, família, mídia, etc.) que definem uma relação assimétrica entre dominantes e dominados. Para o autor, os termos de Althusser se mostram impertinentes hoje em dia, já que essa luta de classes parece diluída entre diversos outros pólos.

A terceira relação feita por Silva é entre *imaginário* e *crença*, aproximando essa última de ideologia, dado o seu caráter doutrinal. O autor vê nos termos “crença” e “ideologia” a presença do erro, da ilusão ou da mentira. Já o imaginário é visto como algo em que não há espaço para verdade ou mentira, e sim onde “todos os enredos são possíveis e legítimos” (p.50).

O autor também faz uma longa reflexão a respeito do conceito de “técnica”, definida costumamente como “vontade de poder”, quando que para Silva, o termo adequado deveria ser “vontade de potência”, pois a técnica deve ser vista como construção/desconstrução em equilíbrio instável, sendo que o poder é sempre determinante. Após discutir questões filosóficas vinculadas à técnica, ele

RESENHAS

questiona a relação entre essa e o sujeito: o sujeito é livre? É autônomo? É sujeito ou é objeto da técnica? É controlado ou controlador? É interpelante ou interpelado? O autor resolve a questão apoderando-se de uma definição intermediária, acreditando que ao mesmo tempo em que provoca, esse é provocado pela técnica.

Silva acredita que antes de surgir a era das “tecnologias do imaginário”, outras se fizeram presentes, tais como: as tecnologias de controle, as tecnologias da crença, as tecnologias da inteligência e as tecnologias do espírito/mente. Todas elas são explicadas resumidamente ao longo da obra, isoladamente e em conexão umas como as outras, adotando no decorrer das explicações uma postura comparativa a respeito das mesmas.

Para resumir o que o autor entende como “tecnologias de controle” vale trazer os já mencionados Aparelhos de Estado (AE) de Althusser e o conceito de “dispositivo” dado por Foucault, como “uma série de estratégias, de mecanismos, de instrumentos e de práticas capazes de alcançar a sujeição dos indivíduos sem o uso direto da violência física” (p.22). Para Silva, as tecnologias de controle operam no sentido da vigilância e buscam o poder.

Já as “tecnologias da crença” (termo utilizado por Régis Debray) são definidas como uma espécie de mitologia circular, onde as pessoas acabam por convencer-se sem a existência de um objeto que atue sobre esse convencimento, agindo como uma articuladora entre a linguagem e a cultura: “creio porque creio. Creio porque digo. Digo porque creio. Se digo, creio. Se creio, digo” (p.47).

As “tecnologias da inteligência” são definidas nos termos do filósofo Pierre Lévy, que acredita na idéia da inteligência coletiva, possibilitada pelo Ciberespaço (modelo Todos-Todos), atuando como uma revolução civiliza-

tória. Apesar do caráter emancipacionista dado por Lévy, sabe-se que em termos práticos, essa democracia total depende, de acordo com Silva, de vontade política e condições culturais pertinentes, o que torna, segundo ele, seus pressupostos ingênuos e diretivos.

O autor também traz o exemplo das “tecnologias do espírito/mente”, sendo essas caracterizadas como diretivas e uma atualização das teorias de estímulo/resposta, uma espécie de “nova roupagem para o behaviorismo” (p.52). Essas têm como objetivo a sistematicidade, a harmonia e o equilíbrio do conjunto, atuando como instrumentos de impacto.

Ao traçar o paralelo entre as características dessas “tecnologias” que se fazem presentes no mundo moderno, Silva aponta para um novo paradigma: as “tecnologias do imaginário”, dimensionando-as como uma das novas determinações da pós-modernidade, onde a verdade dá lugar à probabilidade; o “dever ser” ao “sendo”; a racionalização, à fabulação; a razão, ao discurso; a enunciação, à narrativa, bem como outras substituições possíveis dentro do quadro de transformações.

Silva divide as tecnologias do imaginário em primitivas, industriais e pós-industriais. As primeiras são aquelas que apresentam baixo poder de interpelação da natureza (livros, teatro, poesia oral, mitos, fábulas), são leves e não provocativas, pouco poluentes, locais ou regionais; as segundas são pesadas e poluentes do imaginário, interpelam e provocam organizações inteiras, agindo como adulterantes dos ecossistemas culturais (mídia, rádio, televisão); já as últimas são interagentes, ecológicas, globais, uma mistura entre o mais arcaico (retorno ao contato interpessoal, mesmo que mediado pela máquina) e a tecnologia de ponta.

RESENHAS

Dadas as características das tecnologias do imaginário, torna-se necessário que o pesquisador, ao lidar com elas, adote uma metodologia distinta daquelas utilizadas para investigar as tecnologias da modernidade anteriormente apresentadas. O autor apresenta as “narrativas do vivido” como uma alternativa de pesquisa que abre a possibilidade de trabalho com diversas técnicas, tais como: a observação participante, a participação “observante”, a pesquisação, as histórias de vida, as entrevistas dialogadas, a etnografia e as grandes reportagens do cotidiano. As narrativas do vivido podem ser entendidas como “biografias de atores sociais contemporâneos em movimento” (p.83).

A abordagem metodológica apresentada por Silva é o ponto alto de sua obra, pois consegue sucintamente exemplificar o que se espera do “pesquisador de imaginários” ou do “narrador” (como ele próprio prefere). Esse, contrariamente a outras formas de fazer pesquisa, narra “desde dentro”, seguindo um percurso que vai do estranhamento, passa pelo entranhamento e chega ao retorno a si mesmo. Nessa perspectiva, busca “compreender as sombras do que sempre lhe pareceu opaco ou transparente” (p.85). Para o autor, a ciência não deve ser entendida como uma verdade, como o real, é apenas uma das formas desse ser contado, não existindo uma correspondência perfeita entre o dito e o vivido, o que denota o próprio caráter “imaginário” da ciência.

Para finalizar a obra, o autor dedica algumas páginas para tratar especificamente do jornalismo em meio a essas transformações apresentadas. Para tanto, define a desconstrução da crença na neutralidade jornalística. Silva afirma que a função do jornalista não é produzir verdades e sim, versões. Essas versões podem ser entendidas como “pas-

LINGUAGEM & ENSINO

sar do estado escondido ao não-escondido” (p.104). Ele acredita no poder do jornalismo como um instalador de imaginários e que cada vez mais esse deve lançar mão de elementos da narrativa dramática, tal como em uma obra de ficção, dando espaço, pela mídia, para que o sujeito se projete através do outro, numa relação em que o simulacro é mais contemplado do que a vida real.

Enfim, essa obra como um todo dá ao leitor a possibilidade de repensar o papel de alguns gêneros emergentes específicos, apoiando-se em diversas teorias que se entrecruzam para formar um certo estado “caótico” em que as tecnologias do imaginário se inserem. A leitura deve ser feita de forma circular (idas e voltas constantes para completar um mesmo raciocínio interrompido pelo autor páginas antes), ou seja, do ponto de vista didático, o livro deixa a desejar. Porém, vale destacar a compatibilidade de diversos pressupostos apresentados com algumas teorias da área específica de Letras, principalmente com relação ao poder daquilo que é “dito” – produção de diversos discursos – como uma mola propulsora na disseminação de imaginários.

Recebido: Novembro de 2003

Aceito: Dezembro de 2003

Endereço para correspondência:

Mestrado em Letras
Universidade Católica de Pelotas
Rua Félix da Cunha, 412
96010-000 - Pelotas, RS
E-mail: poslet@atlas.ucpel.tche.br

